Luís Roseira *

Breve história dos viticultores engarrafadores e da Associação dos Viticultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro (AVEPOD)

Ao cumprimentar os ilustres historiadores presentes neste II Simpósio Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho, invoco algumas ideias-força que fizeram a História da Região Demarcada do Douro e que muito me influenciaram como viticultor e combatente pela liberdade.

A primeira ressalta, com evidência, ao contactarmos com a paisagem desta região. Estamos perante um dos maiores monumentos braçais do mundo, feito e refeito geração após geração ressuscitado após a grande tragédia que destruiu todo o vinhedo em finais do século XIX.

A filoxera trouxe consigo o sofrimento agravado de milhares de durienses, mas constituiu, de certo modo, um dos momentos mais importantes de reestruturação agrária do Douro. Os senhores da terra abandonaram-na e assim foi possível que minha avó Umbelina pudesse comprar, ao conde de Mateus, um naco de terra – o «Calvário». Mas, se é verdade que esse foi um momento em que diversos camponeses sem terra conseguiram aceder à propriedade, também se verificou, em grande escala, a ruína de pequenos e médios viticultores, que se enredaram no crédito usuário, perdendo as terras para uma nova burguesia agrária e vendo-se, em muitos casos, compelidos à emigração. Não menos importante foram os grandes investimentos feitos pelo capital comercial e financeiro na viticultura.

A segunda diz respeito à importância decisiva das elites regionais que em todas as épocas de crise mais aguda denunciaram a miséria imerecida do seu povo trabalhador¹.

* Médico e produtor vinícola.

¹ Sequeira, Carla – *A Questão Duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID e CIRDD, 2000. (Cadernos da Revista Douro – Estudos & Documentos; 5). Citam-se, entre outros, Amâncio de Queirós, Amílcar de Sousa, Antão de Carvalho, Artur Pinto Ribeiro, Carlos Amorim, Júlio Vasques, Nuno Simões, Torcato de Magalhães e Vitor Macedo Pinto.

Ao imobilismo do Corporativismo seguiu-se um período da II República que, embora tenha «formalmente» acabado com o regime anterior, não trouxe alterações significativas ao modelo institucional. As várias tentativas para destruir a Casa do Douro², a introdução no esquema da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD), que agravou a crise de má gestão e o negócio da Companhia³ e nos trouxe mais uma tutela do Poder Central, a transferência do Instituto do Vinho do Porto para a região, que não se concretizou até agora, não alteraram em nada os «males do Douro» e não trouxeram «quaisquer remédios»⁴, razões que nos levaram a defender uma Reforma Institucional do Sector dos Vinhos do Porto e Douro⁵, que há dois anos aguarda, dada a falta de elites regionais e o imobilismo das instituições do sector, a decisão governamental da criação de uma «Comissão» que, na base do projecto apresentado, promova amplo debate na Região e pela Região⁶.

Mas o que importa salientar na comunicação que hoje e agora vos apresento são as razões por que, no ano de 1979, me inscrevi no Instituto do Vinho do Porto como «produtor-engarrafador».

Os motivos são simples de explicar.

Os comerciantes do Vinho do Porto, desde há séculos dominantes, tornaram-se, na prática, após a criação do Entrepasto «único e privativo dos vinhos do Porto», em Gaia, em 1926, senhores exclusivos de toda a exportação, dadas as limitações impostas pela legislação corporativista⁷.

Sendo assim, conhecedor das regiões vitivinícolas europeias e mundiais, entendi que, além de injusto⁸, constitua uma aberração, pois, para além de impor a comercialização de um único tipo de vinho numa das regiões vitícolas mais

² Moreira, Vital – *O Governo de Baco*. Porto: Ed. Afrontamento, 1998, pp. 137, 148.

³ Trata-se da compra, pela Casa do Douro, de 40% das acções da Real Companhia Velha.

⁴ Roseira, Luís – *Uma vida pelo Douro*. Porto: Ed. Asa, 1992.

⁵ Roseira, Luís – *Reforma Institucional dos Vinhos do Porto e Douro*. Edição do autor.

⁶ Proposta da AVEPOD enviada ao primeiro-ministro Eng.º António Guterres e ao ministro da Agricultura.

⁷ Eram condições indispensáveis possuir armazém em Gaia, no Entrepasto, e ter um stock mínimo de 300 pipas. Acresce que o Entrepasto estava saturado, não sendo possível que algum exportador vendesse a um viticultor ou este, mesmo assim, tivesse capacidade financeira para o comprar e garantir o stock obrigatório e permanente de 300 pipas. Embora esta obstrução fosse real, o mais dominante era, sem dúvida, o peso da «ordem corporativa» que dividia e mentalizava que havia duas classes, uma produtora, outra que comercializava e era esta que, como classe dominante, o corporativismo protegia.

⁸ A injustiça deriva de sermos a única Região Demarcada que não consentia a exportação senão através de um único Entrepasto, ainda por cima fora da Região produtora e na prática só aberto a um grupo privilegiado – as empresas ou grupos de empresas de Vinho do Porto. Deve referir-se, no entanto, que, nas suas origens, o Entrepasto correspondeu a uma reivindicação da lavoura duriense e dos «paladinos», cujo objectivo era garantir uma rigorosa fiscalização da qualidade do produto na área de armazenamento e exportação.

afamadas do mundo⁹ nos impedia, na prática, de vender directamente o produto do nosso trabalho.

Estudando a legislação, nada impedia que me inscrevesse como produtor-engarrafador actuando no mercado interno. E assim fiz.

Após ultrapassar uma burocracia desmotivadora, apesar da boa-vontade dos dirigentes desse tempo do Instituto do Vinho do Porto e da Casa do Douro, obtive o «passaporte», ficando sujeito à legislação para todos os comerciantes, exceptuando a possibilidade de exportação.

Durante os primeiros anos, fiquei sozinho no mercado¹⁰, sem deixar de colocar à apreciação dos «enófilos» os primeiros vinhos de um produtor: Ruby, Tawny e 20 anos, seguindo-se um Reserva da Família 1979 e o primeiro Vintage 1978¹¹.

Até então a legislação por que nos guiávamos (e era aceite pelo IVP) correspondia à dos Châteaux e dizia que o produtor-engarrafador só podia comercializar exclusivamente a sua produção, sendo obrigatória a vinificação, engarrafamento e expedição na Quinta¹².

- 9** Em toda a História secular do Vinho do Porto, os comerciantes, com poucas excepções, só se interessaram comercialmente por um tipo de vinho – o Porto. Hoje estão legalmente constituídas cinco DOC – «Porto», «Douro», «Espumosos», «Moscatel galego» e «aguardentes vnicas». Convenhamos que é monopolismo a mais, tanto mais grave quanto o novo aproveitamento da DOC Douro traria mais-valias que eram importantes para o desenvolvimento da Região. Quem salvou a DOC Douro, honra lhe seja prestada, foram as cooperativas, os produtores-engarrafadores e os comerciantes.
- 10** Antes do lançamento no mercado, não deixamos nada ao «acaso». Um grupo de amigos ajudou à sua concretização, a saber: Eng.º Dias Teixeira, enólogo; Dr. Carlos Costa, estudo de mercados; Prof. Amândio Silva, imagem; Dr. Artur Santos Silva, estudos financeiros; Dr. Miguel Cadilhe, financiamento pelo BPA.
- 11** Ao longo destes anos lançamos no mercado os seguintes vinhos de categorias especiais: 13 Vintages e LBV e uma reserva datada de 1979; vinhos com indicação de idade: 10 e 20 anos; vários Vintage Character. E vinhos de lote: Ruby, Tawny e Branco; reservas: D. Margarida, de Quinta, Reserva de Natal.
- 12** Almeida, Alberto Francisco Ribeiro de – *Os interesses causantes do regime jurídico da Denominação de Origem*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 7 (1999), pp. 61-81. O autor, num estudo muito bem documentado, analisa toda a legislação da Comunidade e das conclusões resume as seguintes: 1 – as dificuldades financeiras e a necessidade de analisar todos os interesses conflituantes da RDD não podem enevoar as atribuições e as competências das instituições de natureza pública existentes, nem desprezar os interesses inerentes à figura de denominação de origem, em especial quando estamos a lidar com denominações de renome. 2 – não existe legislação nacional que estabeleça pelo menos princípios orientadores da disciplina jurídica dos vinhos de Quinta. No caso da RDD, toda a liberdade foi deixada para o IVP e para a CIRDD. 3 – a regulamentação dos vinhos de Quinta deverá ter por objectivo reforçar o prestígio de certas denominações. É essa a finalidade que resulta da regulamentação comunitária e da jurisprudência do TJCE. Em resumo: a regulamentação comunitária traça um quadro muito ténue, deixando aos Estados-membros grande liberdade de disciplinar. Todavia, as normas nacionais devem reforçar o prestígio do nome da exploração e informar correctamente o consumidor. A regulamentação comunitária consagra, pois, dois requisitos quanto à utilização de certas expressões para indicar o nome de uma exploração vitícola – que o vinho seja proveniente exclusiva-

Não ficamos nem inquietos nem parados e, ao longo dos anos, mobilizámos um grupo de viticultores que eram sensíveis a este projecto. Com este grupo de viticultores de todas as sub-regiões, credos políticos¹³ e, após várias reuniões com vista à criação de uma associação, esta foi concretizada com escritura lavrada na Casa do Douro e foram eleitos os seus primeiros Corpos Sociais.

Não foram fáceis os primeiros anos da sua vida. A ausência duma sede; a dificuldade de definir uma política e um programa de actuação; a crise da Casa do Douro e o pequeno número de associados dificultaram, como é natural, a sua visibilidade.

Só em 2000 uma nova direcção conseguiu, com a ajuda da Casa do Douro, uma sede e as quotas dos associados e financiamentos do PRONORTE, inicialmente e, depois, do ONDOURO, bem como a oferta de uma nova área na Ribeira, o aumento de associados e a definição de uma política actuante tornaram possível criar uma imagem nova de um associativismo novo.

Ganha esta «batalha», era preciso ganhar a «guerra».

Com a colaboração do então deputado Doutor António Barreto que, desde o início sempre nos apoiou, uma delegação de produtores-engarrafadores dirigiu-se, com o Doutor António Barreto, a todos os grupos parlamentares que, por unanimidade, aceitaram a petição que levávamos: a legalização do produtor-engarrafador e a possibilidade de exportação a partir da Região Demarcada.

Passados poucos meses, o Governo de então, presidido pelo Prof. Cavaco Silva, enviou para o *Diário da República* o Decreto-Lei 86/86, em que, além de reconhecer esta nova figura de viticultor, finalmente dava iguais direitos a todos os agentes que comercializavam o nosso Vinho do Porto, acabando com a exclusividade anacrónica do Entrepasto de Gaia.

Desde então, tal como no início, não tem sido fácil caminhar neste novo modelo de associativismo dos viticultores, que afronta a secular experiência comercial de capital estrangeiro ligada ao Vinho do Porto e não tem qualquer experiência dos mercados.

mente de uvas colhidas na exploração em causa e que a vinificação tenha sido efectuada na mesma exploração. O que importa na análise específica sobre estas questões é que: «a regulamentação dos vinhos de Quinta deverá ser um instrumento de prestígio para esses vinhos, junto do consumidor e deverá implicar uma mais-valia económica para o produtor».

¹³ Sócios fundadores: Miguel Viladerbô de Sommer Champalimaud; António Manuel de Sousa Pinto Agrelus; José Joaquim Barros Taveira; Rui de Castro; Nuno de Matos; Graça Maria Correia Tzalmen Godinho; Jaime Machado Aires Lopes; Eduardo de Serpa Pimentel; João António Serôdio; Amélia da Silva Pereira Serôdio; João Nicolau de Almeida; Luís da Silva Lopes Roseira; José Afonso Bulas Cruz; Ana Maria Carvalho Sequeira Varejão Queirós; José Carlos Calheiros Cruz; José Coimbra Aires de Matos; António Maria Borges Vinagre; Joaquim Lopes da Silva; Maria Eduarda Seabra Machado Folhadela Barbosa, José Carlos Folhadela Barbosa.

Mas este é, a nosso ver, um caminho que não tem retorno. Tem, isso sim, de se organizar mais e melhor, criar e reforçar um associativismo humanista, estar no mercado sem preconceitos e rapidamente dotar-se de quadros que colmatem uma experiência que não possui.

Temos, contudo, que defender um princípio fundamental – o princípio da qualidade diferenciada –, distinguindo-nos assim dos vinhos comerciais.

Temos, a exemplo dos Paladinos, de criar uma nova elite. E, tal como eles persistentemente, lutar e ganhar uma batalha que vai favorecer todo o sector dos vinhos do Douro. Transcrevo, com emoção, o que se escreveu sobre a elite dos Paladinos: «É, de facto, esta elite que encarna verdadeiramente o espírito regional. É ela que o desenvolve pela sua acção. É com ela também que a região se sente identificada. E será ela que desenvolverá a reforma institucional que substituirá a Comissão de Viticultura da Região do Douro. [...] São a alma e o rosto do Douro, da lavoura»¹⁴.

Assim nós possamos ter, na história da Região o papel que o movimento dos Paladinos representou na reforma do Douro.

¹⁴ Sequeira, Carla – o. c., pp. 128-129.